



Roteiros

10. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro

OS NACIONALISMOS

ADRIANO MOREIRA

A CHEGADA da revolução anticolonialista ao império soviético, uma das variáveis de efeito mundial ali demorada pela natural viscosidade dos regimes totalitários, deu nova actualidade à questão do nacionalismo. E necessariamente à multiplicidade dos modelos, porque o conteúdo do conceito não foi invariável no tempo, nem assumiu o mesmo perfil no espaço político.

Talvez convenha reordrar que o princípio das nacionalidades, entendido no sentido de que deve haver coincidência entre a Nação e o Estado, teve um processo difícil no Ocidente, onde nasceu culturalmente a Nação. A fidelidade política foi secularmente referida a outros valores, designadamente a coroa, e não ao Estado nacional. Como princípio guia da organização internacional, apenas aparece formulado nos 14 Pontos de Wilson que definem a ideologia da paz da Primeira Guerra Mundial.

Um princípio desde logo com dificuldades conceituais, porque não coincidem as formulações subjectivas de origem francesa, com o apelo à comunidade de sonhos de que falaria Malraux, e à formulação de origem germânica, nascida na conjuntura da resistência à agressão napoleónica, e referenciada objectivamente à comunidade de sangue, ou, mais tarde e mais gravemente, à raça.

Todavia, não obstante sólidos e seculares exemplos, anteriores à conjuntura da Primeira Guerra Mundial e à formulação presiden-

(Continua nas páginas centrais)

NAVEGAR É PRECISO

por JOSÉ ADELINO MALTEZ

NO princípio foi, de novo, o verbo: Wojtila, o cardeal polaco, muito eslavo e catolicíssimo, europeu de Cracóvia e bispo-militante da Igreja silenciada que, na Primeira Roma, se transformou em João Paulo II.

E o verbo se fez acto. Furou o bloqueio das cortinas de ferro e semeou a revolta da esperança, contra a ordem da revolução totalitária.

Resistiu aos ventos da história e, infringindo as regras do conformismo, disse que não era inevitável o «antes vermelhos que mortos» de certo pacifismo cobarde.

E as brasas que permaneciam debaixo das cinzas gnósticas do comunismo depressa se transformaram na fogueira alterosa das «revoluções de veludo», que acabaram por cumprir o último desejo do mártir Jan Palach.

(Continua na página seis)

INTERESSE POR MACAU

Pe. Joaquim António de Aguiar

NESTES últimos anos tem-se notado entre nós certo interesse por saber o que se passa em Macau e, mais ainda, o que se passará a partir de 22 de Dezembro de 1999, quando cessar a administração portuguesa, e for arreada a bandeira nacional, símbolo de soberania que ali foi içada a partir de 1543 por Leonel de Sousa.

A partir desse dia a administração passará para as mãos chinesas e a bandeira do grande «império» do Oriente flutuará no Palácio D. Sancha.

Mas com esses dois factos mudará tudo?

Eis a pergunta que muitos fazem e as respostas não são convergentes.

Também os estudantes universitários se têm interessado por Macau.

(Continua na página dois)

INTERESSE POR MACAU

(Continuação da página um)

O Colégio Universitário Pio XII realizou, de 1 a 14 de Abril, em Macau, o 1.º Fórum Universitário de Estudos Europeus tendo como tema de estudo: «Os interesses portugueses no Oriente. Como defendê-los?»

Um grupo de 60 universitários portugueses e espanhóis apresentou 25 trabalhos que foram discutidos nas sessões plenárias e sectoriais.

O grupo interessou-se pela abordagem histórica, pelo presente e pelo futuro.

A realização deste Fórum em Macau proporcionou ao grupo abordar um tema sobre o qual vale a pena reflectir. Porquê Macau permaneceu mais de 400 anos sob a bandeira portuguesa? A pergunta pode ser feita doutro modo: porquê os Portugueses têm permanecido todos estes anos em Macau? Qual o segredo?

1 — Macau como ponta-de-lança na China (1557)

Por volta de 1543-47 Leonel de Sousa conseguiu um «assentamento» oral pelo qual as autoridades chinesas permitiram montar um armazém na península de Macau, mediante o pagamento de 10% sobre as compras e vendas das mercadorias.

Em 1556 os portugueses travam uma batalha naval contra um grupo de piratas nessa área e conseguem limpar a pirataria da foz do rio das Pérolas e a partir do ano seguinte, 1557, começam a construir as suas habitações de madeira um Macoão (Porto da Mãe).

Assim surge a cidade de Macau no último ano de vida de João III.

Interessa focar aqui alguns dados significativos, que identificam a cidade do Oriente, onde os Portugueses criaram um património cultural, que se torna necessário preservar, numa das pontas do Sul do Grande Império Chinês no tempo de uma dinastia brilhante, a dinastia Ming e que vai querer intervir na vida da cidade através dos mandarins e autoridades chinesas de Cantão. Isto vai exigir a criação de um tipo de administração diferente da habitual nessa época — inspirada na experiência das cidades-estado comerciantes mediterrânicas e, muito especialmente, Veneza e Génova.

A primeira interferência vai dar-se em 1585 com a construção da Porta do Cerco, que abria apenas uma vez por semana e a exigência de permanência na cidade de um mandarim.



LEAL SENADO DE MACAU

Nesse mesmo ano de 1583 cria-se o Senado, que em 1584 toma o nome de *Senado da Câmara*, que vai assumir o governo da cidade nas suas diferentes áreas, menos a militar, sendo uma resposta às exigências chinesas.

O Senado, constituído por mercadores e outras pessoas importantes, moradoras na cidade, conhecedoras da vida e de seus interesses, vai assumir o governo da cidade nas áreas administrativa, comercial, política e judicial, ficando ao governador a área militar. Porém, para assuntos muito importantes, o Senado tinha que ouvir os moradores reunidos em assembleia geral.

Trata-se pois de um tipo de governo democrático, pouco comum para essa época de governos «absolutos» e de uma cidade situada geograficamente na periferia de um império de características absolutistas e centralistas.

Além desta circunstância local, devida à localização da cidade, vão também influir outras razões para a criação deste tipo de governo. A morte de D. João III (1557), o governo de D. Catarina na menoridade de D. Sebastião,

(Continua na página seguinte)

o reinado efémero de 2 anos do cardeal-rei D. Henrique, a subida ao trono português de Filipe II, a distância de Lisboa e a corrupção de Goa. Tudo isso contribui para a criação de uma estrutura governativa que responsabilizava a própria cidade pelo seu futuro.

2 — O Milagre de Macau

A crise e decadência da nossa presença no Oriente é um facto, que começa a notar-se nos últimos anos do reinado de D. João III e que aumenta de 1557 a 1580.

Apontam-se causas de várias ordens, não sendo talvez a de menor peso, a extensão de um império para um povo tão pequeno como o nosso, em que os recursos humanos e financeiros eram necessariamente limitados e pelo mesmo de difícil gestão.

As dificuldades internas, juntam-se as externas a partir de 1850, com a subida ao Poder da dinastia dos Filipenses. A Holanda e a Inglaterra serão nossos inimigos políticos e as suas armadas apareceram na costa oriental de África e nas costas da Índia e nos mares da Ásia Oriental. Perderemos o Sul da África, Ceilão, Malaca, etc., etc.

No meio de todo esse desastre de 1580 a 1640, é justamente quando Macau se desenvolve.

Macau em 1644 tinha uma população católica de 40 000 habitantes.

Durante esses 60 anos resistiu à influência filipina, apesar de ter perto as Filipinas e aos ataques holandeses. Perdemos Malaca em 1641, mas Macau resistiu sempre, ficando célebre o ataque de 1622 em que os holandeses atacaram a cidade com 17 barcos, chegando a desembarcar centenas de soldados, que foram repelidos pelos habitantes da cidade.

D. João IV em 1649, confere-lhe o título de Leal, «Não há outra mais leal».

De facto, há qualquer coisa que se passa nesta cidade, que resiste a tudo e encontrou sempre solução para os seus problemas.

Fechou-se em 1639 o comércio do Japão e abriu-se o comércio da China, que de 1685 a 1843 foi o único porto internacional, que ligou a China ao Ocidente e foi residência das representações diplomáticas dos países que mantiveram relações com a Corte de Pequim.

Macau, de facto, resistiu a tudo e após o naufrágio de tudo quanto criámos no Oriente, aí está neste momento para se projectar no ano 2000.

PARA CONCLUIR:

Para concluir estas reflexões, seja-me lícito repetir o que afirmei na Universidade da Ásia Oriental no passado dia 7 de Abril, num *briefing* na presença do senhor Vice-Reitor daquela Universidade, de vários professores, do Presidente da Fundação de Macau e dos 62 estudantes que participaram no 1.º Fórum Universitário de Estudos Europeus, organizado pelo Centro de Cultura Europeia do Colégio Universitário Pio XII: «Uma cidade que num espaço de 433 anos encontrou sempre soluções para problemas de vida ou morte, — tem o direito de exigir da geração actual, o mínimo de confiança e credibilidade, de que também encontrará solução para continuar a viver com a dignidade que merece uma cidade, que soube criar organismos adequados, de modo a assegurar a justiça e a liberdade democrática, como fundamentais para se respeitar o exercício dos direitos inalienáveis do ser humano e que fazem parte da carta aceite pelos países, que apresentam perante o mundo como credíveis.

Julgo que tendo em conta os elementos importantes que permitiram a Macau uma vida própria e a criação de uma cultura, ou seja, um modo de estar às portas da China, será lícito concluir que o passado é penhor de uma vida futura autónoma e que a cidade não será devorada pelo «Dragão» chinês.



CAVES DA

Montanha

A. HENRIQUES, L.^{da}

SEDE EM: ANADIA — PORTUGAL

Teleg.: Montanha
Telex 52260 e 52911
Telax 53081
Apartado 18
3781 ANADIA CODEX



«A. HENRIQUES» — O REI DOS ESPUMANTES

7 CONCURSOS DA J. N. V. = 7 MEDALHAS DE OURO |
CONCURSO DE BUCARESTE = 1 MEDALHA DE OURO |
CONCURSO DE BRASÍLIA (1971) = 1 MEDALHA «OR» |
Concurso de Brasília (1975) = 1 MEDALHA «GRAND OR» |
CONCURSO DE MILÃO (1976) = 2 MEDALHAS DE OURO |



Espumantes Naturais - Vinhos do Porto - Licores Superfines
Brandies - Aperitivos - Vinhos de Mesa

(Continuação da página um)

cial americana, como é o caso português, a aplicação do princípio guia deparou sempre, mesmo na Europa, com as dificuldades políticas que se exprimem na benévola fórmula de falta de viabilidade da independência.

Esta discreta formulação significa que a tradição maquiavélica, do legado político ocidental, também nesta área não deixou florescer sempre a exigência do legado humanístico a respeito do direito das Nações. Algumas vezes, muito raras, trata-se da decisão dos próprios povos no sentido de manterem um Estado multinacional, agregando complementariedades harmonizadas pela história comum, como parece ser o caso, por exemplo, do Reino Unido.

Mas a regra é que a inviabilidade decorre directamente da composição da balança de poderes, pelo que o número de Estados nacionais é muito reduzido no panorama mundial actual. No sentido subjectivo de Nação não faltam, ao contrário, exemplos de comunidades nacionais que reagem contra a imposição da alienação vinda dos interesses de poderes exógenos, o traço dominante da explosão política da reafirmada, e ainda não encontrada, Europa central.

GERTAL ESCOLAR ALIMENTA O FUTURO



gertal

Gestão de Qualidade

O equilíbrio alimentar é uma condição necessária ao bom desenvolvimento da criança e do adolescente. Os profissionais da GERTAL, apoiados por uma selecção e uma formação rigorosas e por uma vasta experiência em inúmeras instituições escolares, asseguram-lhes uma relação de confiança e um Serviço de Qualidade. Por isso os Alunos, os Professores e os Auxiliares Educativos usufruem do prazer de uma selecção esmerada com base em produtos rigorosamente seleccionados.

2380A - Av. Infante Santo, 23 - 12º Esq. - Telef. 67 67 24 - Telex 12737 Gertal P Lisboa - 1302 Lisboa
PORTO - Rua Gonçalo Sampaio, 215 - Telef. 69 99 23 - Telex 23422 Gertal P Porto - 4100 Porto

OS

Existe uma forte coincidência de opiniões no sentido de que o Estado Nacional foi a formulação mais fecunda da experiência ocidental, a forma de viver politicamente que melhor amparou e harmonizou a realização do projecto de cada homem com a sua necessária circunstância institucional, expressa esta em valores referidos em síntese no patriotismo e no amor à Pátria. Agressividades traduzidas em assumir um destino manifesto de superioridade étnica, de organização imperial, de espaço vital, de culto da violência e das excelências da guerra, foram tributos demasiadas vezes pagos à degenerescência, nestas ou noutras formas, a que não escapou nenhum modelo político.

Enquanto que no Ocidente europeu está em curso um processo que pode levar à redefinição dos modelos políticos, a novas formas e conteúdos de poderes alimentados pelas transferências de faculdades das soberanias nacionais, no Leste é a vocação da experiência soberana clássica, impedida a várias gerações frustradas, que mais avulta, em luta novamente com os problemas da viabilidade.

Uma das ameaças ao pacifismo da mudança na área, porque não é seguro que a estrutura imperial soviética seja capaz de criar a tempo mecanismos de absorção, vem claramente desse nacionalismo em busca da liberdade colectiva que dá pelo nome de soberania.

O que evidencia que o vento da liberdade que sopra ao redor da Terra não anuncia, dogmaticamente, a uniformidade dos modelos e das soluções. Um dos riscos agudos está em que a liberdade recuperada programe a rectificação imediata das fronteiras e a recuperação das minorias.

Por outro lado, o nacionalismo que corre pelas terras e povos descolonizados depois da última guerra não parece que tenha qualquer coincidência com as experiências ocidentais derivadas das tradições subjectiva e objectiva. A Nação não é ali uma realidade cultural correspondente à realização que foi essencialmente europeia.

Trata-se antes de um projecto nacional, isto é, de um programa que anuncia o propósito de conduzir o pluralismo étnico-cultural e linguístico de cada uma das sociedades políticas descolonizadas, para uma solidariedade tecida, olhando para o modelo nacional em geral reconhecido no antigo colonizador.

A condição política unificadora da revolta foi a submissão ao mesmo poder colonial, dentro de uma fronteira imposta, não foi uma realidade nacional. Por isso a identidade dos grupos é tão frequentemente sacrificada, com alto teor de violência, à programação revolucionária.

NACIONALISMOS

É assim que o direito à autodeterminação dos povos não pode coincidir nem ser limitado ao valor reconhecido à Nação. E o valor nacional, raro na multiplicidade dos Estados, não pode ter a sua autodeterminação limitada pelas conveniências externas das balanças de poderes.

A questão da unidade política europeia toca na hierarquia destes valores. defronta-se com a experiência histórica, exige a superação de antagonismos profundos e a reavaliação da gesta secular de muitos povos. É difícil admitir que se trate de um simples problema de gestores, tecnocraticamente armados de infalibilidades científicas, em busca da dimensão óptima da empresa e da pureza desejável imposta pela teologia do mercado.

A prudência de apelar para um debate nacional não prognostica sobre as metas e modelos elegíveis, as transferências eventuais de faculdades soberanas, as formas de união política que eventualmente venham a ser adoptadas. Mas baseia-se no conhecimento de que estas questões se dirigem directamente à personalidade básica dos povos, condiciona, com as respostas obtidas, a maneira de cada um dos povos estar no mundo, definem submissões estruturais para as gerações vivas e futuras.

Trata-se, em todos os lugares, de uma área na qual nenhum responsável parece legitimado para usar o método de surpreender. apoiantes e contraditores, com factos consumados, ou trajectos sem retorno. No caso português, nenhum debate eleitoral conduziu o eleitorado a tomar consciência da questão e a escolher entre as respostas possíveis. Não poderia sequer ter sido feito, porque os ventos da mudança não tinham ainda desestabilizado as programações, que pareciam submetidas à regularidade formal dos textos dos tratados em vigor.

Não existe nenhuma instância política europeia que não tenha sido surpreendida pela velocidade da mudança, e pelas inesperadas formas que esta vai revestindo. É, sem dúvida, enorme a tensão exigida aos responsáveis pelos governos para conseguirem uma percepção ajustada da evolução a acertarem as atitudes mais razoáveis. Mas não parece indicado que os povos venham a ser eles surpreendidos também por decisões irreversíveis.



HOTEL ROMA

AVENIDA DE ROMA, 33 — 1700 LISBOA
END. TELEG. - ROMATEL — TELEX 16586 P
TELEFONE 76 77 61 (10 LINHAS)

EM FÁTIMA:

HOTEL SANTA MARIA

Rua de Santo António
Telefs. (049) 51015/51025 — Telex 43108

HOTEL DOM JOSÉ

Av. D. José Alves Correia da Silva
Telefs (049) 52215/52225 — Telex 43279

NAVEGAR É PRECISO

(Continuação da página um)

Cairam os «muros», mais depressa os de betão que os da vergonha, e na própria Praça Vermelha começaram a balbuciar-se as palavras proibidas...

A Europa já não é o que foi. A Europa já não pode voltar a ser o que era. O que vai ser só Deus quer. Porque «Deus quer, o homem sonha, a obra nasce...». É o homem que faz a história; não é o processo histórico que pode prender o homem.

As tecnocráticas prospectivas de 1992 não-de continuar a parir muitos ratos, isto é, muitos doutíssimos relatórios — sobre o sexo dos anjos de um tratado de guerra-fria — que tentam em vão deter o tempo que passa...

Felizes, pois, os que sabem o porquê do fim do comunismo! Felizes, os que acatam esse neodogmatismo dito antidogmático que diz que Karl Marx foi vencido pelo desejo de consumo de bananas Chiquita da «United Fruits»!...

Na verdade, não somos daqueles que seguem a bem arcaica moda que reduz o homem a um restrito animal de trocas — de bens, serviços e capitais —, proclamando que o melhor dos mundos possíveis é aquele onde, graças à eliminação das barreiras alfandegárias, das restrições quantitativas e das medidas de efeito equivalente, surgem hipermercados onde havia mercearias, e merceiros onde havia homens políticos.

Entre os merceiros com sucesso, sejam ministros ou comissários em Bruxelas, e os torcionários do Leviatão, estejam à esquerda ou à direita, sejam direitistas de esquerda ou esquerdistas de direita, não há diferença de qualidade. Entre o materialismo dialéctico de Lenine e o sentido macacal do predador «yuppie» há identificação no fundamental: a aceitação do restrito conceito do «homo economicus», onde o «ter» prevalece sobre o «ser» e o poder se mede pela materialidade da força.

Esse neocapitalismo, mais ou menos W.A.S.P., mais ou menos seguidor de certas vulgatas calvinistas e benthamistas, que, em muita esquina de jornais bem-pensantes, proclama vitória e «fim da história», é medicamento pouco adequado à convalescença desta Europa atordoada pela mudança. E deixarmos entrar por um rombo no sótão o que, em bora hora, a resistência antitotalitária defenestrou.

Dizermos que nesta Europa dos apenas Doze (quase com mais um que só é metade) somos todos iguais, mas que há uns mais iguais que outros (os quatro que estiveram na cimeira dos sete mais ricos) é negarmos a essência da liberdade europeia.

Deixarmos que os destinos de todos sejam decididos pelos que mais têm é aceitarmos um restrito papel de consumidores ou intermediários passivos sob o eufemismo de uma Europa a duas ou três velocidades...

Termos a ilusão que todos podemos ser tão ricos como os mais ricos é tratarmos de copiar os modelos dos que se desenvolveram à custa da pobreza da maioria; é aceitarmos a perpetuação da injustiça. É sermos parvos...

A lógica do «utendī et abutendī» individualista, irmã inimiga do colectivismo, sofre das mesmas inverdades totalitárias, que só a solidariedade comunitária pode superar. Os homens não se medem por aquilo que têm, mas por aquilo que são e são sempre aquilo que sonham e aquilo que fazem, sonhando...

A falsa filosofia mercadocrática, que proclama o fim das ideologias, apenas porque nota que todos os partidos comunistas estão a rebaptizar-se como sociais-democratas, não passa do mero «doping» que os cartéis dos chapéus



AGR
viagens

Rua Rosa Araújo, 49-A — 1200 LISBOA
Telef. 527858 - 580382 — Telex 42754 Acptur P
Fax 540903

FILIAIS :

Shopping Center de Lisboa (Amoreiras), Loja 1122
Telef. 691342 - 691359 — Telex 64888 Acampo P
Lic. Op. Tur. DGT n.º 378
Fax 691442

Rua de Santa Catarina, 848/852 — 4000 PORTO
Telefs. 200 24 89 - 200 25 00
Telex 27133 Acptu P
Fax 200 25 02



O atendimento

mais acolhedor



o serviço mais eficiente

de côco e almas de corsário vão disseminando na cidade dos homens. E muitos de nós, habituados ao complicado manejo dos «mainframes» da informática, nem nos damos conta que perdemos o bom senso da mais elementar aritmética.

Os «jackpots», depois de outro tanto reverter para os cofres de quem organizou o sorteio, são o produto de um jogo de soma zero, onde um só ganha aquilo que milhões de outros perderam.

Queremos uma Europa Totoloto, pensarmos que nas relações internacionais há lugar para a caridadezinha, ou que o prestígio nacional depende da sorte de uns «penaltes» é tão tolo quanto supormos que os que recebem milhões sem dar nada em troca se não constituem em devedores.

Cá por mim, apetece não deixar de ser europeu, português e europeu desta pátria que está a ocidente do Ocidente, deste «quase cume da cabeça da Europa toda», praia donde partimos para o mundo que outros europeus diziam que não havia.

Apetece continuar a proclamar um Quinto Império para depois dos Impérios, onde as pessoas se não medem aos cheques e os Estados são feitos à imagem e semelhança do homem inteiro, de carne, sangue e sonho.

Recuso ter nascido aqui por acaso. Recuso ficar sentado numa praia poluída a ver passar os navios e petroleiros dos outros bem ao largo. Não fui feito para conduzir rebocadores, barcos abastecedores ou máquinas despoluidoras de crude.

Parece que navegar volta ser preciso para que viver continue a ser preciso. Bartolomeu Dias vale mais do que um governador filipino da Flandres, apesar de o primeiro ter morrido à procura e de o segundo ter sido aposentado com pensão de letra A-mais-qualquer-coisita na Comissão da CEE...

o que pensam alguns universitários

(Continuação da página 8)

A análise das questões aqui referidas e reflectidas neste Forum implicam, agora, que cada um assuma a quota de empenhamento e responsabilidade para que, o que à partida é esperança se possa tornar certeza.

Em nome da Comissão Organizadora, em primeiro lugar expresso aos presentes os meus sinceros votos para que o propósito que nos trouxe aqui seja mais um despertar em cada um em direcção a uma Europa e a um Oriente mais moderno e coeso com todos os desafios que isso acarreta. Os desejos que hoje formulo vão no sentido de, quando sairmos daqui, o façamos mais enriquecidos, mais unidos em torno de um mesmo ideal.

Em segundo lugar, não posso deixar de acentuar o apoio das diversas associações europeias, portuguesas e espanholas, pela forma consciente e empenhada como participaram neste Forum. Também uma palavra de muito apreço para as entidades que nos apoiaram sem as quais não poderia ser este Forum realizado.

Por último uma palavra de gratidão para o Padre Joaquim António de Aguiar, autêntico «Pai» deste novo ciclo — Forum Europeu — e que foi não só o seu mentor como a alma «mater» do mesmo.

De todos nós, desde participantes à Comissão Organizadora, aqui ficam os reconhecidos agradecimentos.

Foram pois ideias de ideais fortes, personalizadas no Rev. Padre Joaquim de Aguiar, que fizeram nascer o 1.º Forum, é que a nossa ideia, sendo simples, tem em si um ideal forte e tem, também, a linha da história.

E as coisas simples e fortes dão frutos, fazê-los nascer e fortificar é o desafio que se põe a todos nós!

PEDRO CFAZ

HOTEL

DIRECTOR

Vasco Filipe Perfeito

Regina



TELEFS. 52303 - 52373 - 52393

TELEX: 17 118

2495 FÁTIMA (Portugal)

Sobre Macau

o que pensam alguns universitários

AO findar o 1.º Forum Universitário de Estudos Europeus, impõe-se à Comissão Organizadora fazer uma breve reflexão analítica sobre aquilo que foi este 1.º Forum.

Tratando-se de um Forum com carácter especial, a este lhe está associado um simbolismo não só histórico, mas, sobretudo, uma dinâmica cultural que de modo algum deve servir como ponto final, mas sim como início de novos e longos voos, pois a herança dos Encontros Europeus exige-nos mais e melhor.

Esta actividade surge num momento em que se discutem os muitos e complexos problemas que envolvem a problemática da construção europeia: pretendeu o Forum ser um espaço de reflexão europeia não politizada, e nele tiveram eco diferentes ideologias sociais, económicas, políticas; uma palavra: a «Cultura» nas suas diferentes expressões.

Aceitamos, pois, uma filosofia, um modo de pensar que seja coerente e de inspiração cristã e democrática, que são as duas coordenadas da nossa cultura e que tiveram uma influência muito grande na vida de Macau no decorrer dos 400 anos.

Este 1.º Forum Universitário de Estudos Europeus, subordinado ao tema «Os interesses portugueses no Pacífico e no Índico», é hoje para nós, Portugueses e demais, de uma actualidade permanente neste dealbar de milénio.

Macau representa não apenas, para Portugal, quanto para o Ocidente Europeu, uma presença do que valem o espírito, a cultura, os valores espirituais, religiosos e morais ocidentais, ali levados pelos Portugueses e como foi possível através de quatro séculos, manter viva essa presença.

A explicação duma presença não está certamente no poderio das armas, mas na força do espírito no funcionamento de um dos grandes segredos da nossa História.

O universalismo e ecumenismo dos Portugueses, que souberam evangelizar sem impôr, civilizar sem destruir, comunicar e dialogar com etnias e culturas, dando lugar a convergência e encontros de que surgiram outras etnias e culturas.

Estamos pois em Macau, para sentir bem de perto, a convergência, a simbiose de culturas, o encontro de etnias diversas que trabalham e vivem pacificamente, tendo encontrado uma base comum que lhes serve de suporte.

É certo que, para nós, Portugueses, a bandeira portuguesa a flutuar no Palácio do Governo e no Leal Senado, é motivo de justo orgulho, pois é à sombra do que ela significa historicamente, que é possível a presença cultural do Ocidente no continente chinês.

Mas esta possibilidade levantou, aqui, neste Forum, uma série de questões as quais todos nós não podemos eximir-nos de dar o nosso contributo. É viável ou não a presença cultural dos Portugueses no Oriente, neste final de século? E, se assim for, em que circunstâncias a ausência se pode traduzir?

Que papel para a Igreja Católica na inter-relação das culturas?

Em termos económicos e políticos iremos ter no século XXI um país e dois sistemas?

Até que ponto estão garantidos os Direitos do Homem no Território de Macau após o termo de administração portuguesa? No fundo de todas estas questões está apenas uma só — Macau, que futuro?

(Continua na página sete)

INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral

N.º de Registo 112 874

● Direcção

António Maria M. Pinheiro Torres
(Secretário-geral do IDJC)

● Redacção

Sede do Instituto
R. da Madalena, 225 - 3.º Dto.
1100 LISBOA
Telef. 86 01 25

● Propriedade

Instituto Dom João de Castro
N.º 212 873

● Difusão

Pedidos à Redacção

Comp. e Imp. na Minigráfica - Coop. de Artes Gráficas, CRL
Rua da Alegria, 30 — Telef. 346 47 20 — 1200 LISBOA

DEP. LEGAL N.º 18 702/87